

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19-A, DE 2011

Altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordeste.

Autor: Deputado Wilson Filho

Relator: Deputado Gonzaga Patriota

I - RELATÓRIO

A PEC nº 19-A, de 2011, de autoria do Deputado Wilson Filho, altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordeste (ZFSN), nos seguintes termos:

“Art. 40.....

.....
§ 1º Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus.

§ 2º É criada a Zona Franca do Semiárido Nordeste com características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de trinta anos, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional.

§ 3º O Poder Executivo fará demarcar uma área contínua, na forma de um círculo de raio mínimo de cem

quilômetros, cujo centro será a sede do Município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, na qual se instalará a Zona Franca do Semiárido Nordeste.

§ 4º Considera-se integrante da Zona Franca do Semiárido Nordeste toda a sua superfície territorial.

§ 5º Lei federal que disciplina o funcionamento da Zona Franca de Manaus será extensiva à Zona Franca do Semiárido Nordeste.” (NR)

Submetida à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a Proposta em tela foi admitida, tendo como relator o Deputado Fábio Trad.

Nesta Comissão Especial, no prazo regimental foram apresentadas as seguintes emendas:

Emenda nº 1/2014 – do Deputado Júlio César, que aumenta o prazo de vigência da ZFSN de trinta para cinquenta anos e acrescenta mais uma Zona Franca do Semiárido Nordeste no Município de Picos, no Estado do Piauí, também com raio de cem quilômetros.

Emenda nº 2/2014 – do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que altera a delimitação geográfica da ZFSN e passa a ser uma área contínua a ser demarcada na região situada entre a cidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, e as cidades da Região Metropolitana do Cariri, no Estado do Ceará. Estabelece ainda que integra a ZFSN a superfície territorial formada pelos Municípios nordestinos cujas sedes se localizem a distância de até cem quilômetros do eixo situado entre a cidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, e a cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

Emenda nº 3/2014 – do Deputado Domingos Neto, que aumenta o prazo de vigência da ZFSN de trinta para cinquenta anos e acrescenta mais uma Zona Franca do Semiárido Nordeste no Município de Tauá, Estado do Ceará, também com raio de cem quilômetros.

Emenda nº 4/2014 – do Deputado Félix Mendonça Júnior, que transfere o centro da ZFSN de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, para uma área contínua a ser demarcada na região situada entre os Municípios de Irecê e Xique-Xique, no Estado da Bahia. Estabelece ainda que integra a ZFSN

a superfície territorial formada pelos Municípios nordestinos cujas sedes se localizem a distância de até cem quilômetros do eixo situado entre as cidades de Irecê e Xique-Xique, no Estado da Bahia.

Emenda nº 5/2014, do Deputado Deputado Colbert Martins, que aumenta o prazo de vigência da ZFSN de trinta para cinquenta anos e acrescenta mais uma ZFSN na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, também com raio de cem quilômetros.

Emenda nº 6/2014, do Deputado Betinho Rosado, que aumenta o raio de abrangência geográfica da ZFSN de cem para duzentos e cinquenta quilômetros.

A matéria vem a esta Comissão Especial, onde é agora examinada por esse douto Órgão Colegiado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão Especial examinar as Propostas de Emenda à Constituição no mérito e as Emendas apresentadas no prazo regimental, no que diz respeito à sua admissibilidade e também em relação ao mérito, nos termos do § 2º do art. 34 e dos §§ 2º e 8º do art. 202 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No mérito, cabe ressaltar que a PEC nº 19-A, de 2011, encontra respaldo tanto no art. 3º, inciso III quanto no art. 170, inciso VII da Carta Magna, que definem a redução das desigualdades regionais como um dos princípios que regem a ordem econômica.

No que diz respeito à renúncia fiscal, de acordo com cálculos realizados pelo Ministério da Fazenda (Ofício nº 219 AAP/GM/MF, de 29 de julho de 2014), estima-se que a eventual renúncia anual decorrente da aprovação desta PEC seja da ordem de R\$ 98,59 milhões, relativa ao ano de 2014, cerca de R\$ 459,98 milhões para o ano de 2015, de aproximadamente

R\$ 979,71 milhões para o ano de 2016 e perto de R\$ 2.532,7 bilhões para o ano de 2017.

Em relação às Emendas apresentadas, gostaria de fazer as seguintes considerações:

A Emenda nº 1/2014 – do Deputado Júlio César, que aumenta o prazo de vigência da ZFSN de trinta para cinquenta anos e acrescenta mais uma Zona Franca do Semiárido Nordeste com centro no Município de Picos, no Estado do Piauí, também com raio de cem quilômetros, embora possa ser admitida, uma vez que não fere os preceitos constitucionais, no mérito, não merece prosperar, tendo em vista que as alterações propostas não contribuem para o aperfeiçoamento do texto da PEC nº 19-A, de 2011, uma vez que aumenta exageradamente o prazo de vigência dos benefícios fiscais e desvirtua o escopo original da PEC ao criar um novo polo da Zona Franca do Semiárido Nordeste;

A Emenda nº 2/2014 – do Deputado Raimundo Gomes de Matos, altera a delimitação geográfica da ZFSN que passa a ser uma área contínua a ser demarcada na região situada entre a cidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, e as cidades da Região Metropolitana do Cariri, no Estado do Ceará. Tal Emenda estabelece ainda que integra a ZFSN a superfície territorial formada pelos Municípios nordestinos cujas sedes se localizem a distância de até cem quilômetros do eixo situado entre a cidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, e a cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. Da mesma forma, embora possa ser admitida, uma vez que não fere os preceitos constitucionais, no mérito, não merece prosperar, tendo em vista que a alteração da delimitação geográfica da ZFSN proposta não contribui para o aperfeiçoamento do texto da PEC nº 19-A, de 2011 uma vez que desvirtua o modelo original da PEC, que é circular;

A Emenda nº 3/2014 – do Deputado Domingos Neto, que aumenta o prazo de vigência da ZFSN de trinta para cinquenta anos e acrescenta mais uma Zona Franca do Semiárido Nordeste com centro no Município de Tauá, Estado do Ceará, também com raio de cem quilômetros, da mesma forma, embora possa ser admitida, não merece prosperar, tendo em vista que as alterações propostas não contribuem para o aperfeiçoamento do texto da PEC nº 19-A, de 2011 uma vez que aumenta exageradamente o prazo

de vigência dos benefícios fiscais e desvirtua o escopo original da PEC ao criar um novo polo da Zona Franca do Semiárido Nordestino.

A Emenda nº 4/2014 – do Deputado Félix Mendonça Júnior, transfere o centro da ZFSN de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, para uma área contínua a ser demarcada na região situada entre os Municípios de Irecê e Xique-Xique, no Estado da Bahia. Estabelece ainda que integra a ZFSN a superfície territorial formada pelos Municípios nordestinos cujas sedes se localizem a distância de até cem quilômetros do eixo situado entre as cidades de Irecê e Xique-Xique, no Estado da Bahia. Tal Emenda, da mesma forma, embora possa ser admitida, não merece prosperar, tendo em vista que as alterações propostas não contribuem para o aperfeiçoamento do texto da PEC nº 19-A, de 2011, uma vez que desvirtua o escopo original da PEC que é contemplar o Município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, como centro da Zona Franca do Semiárido Nordeste;

A Emenda nº 5/2014, do Deputado Deputado Colbert Martins, aumenta o prazo de vigência da ZFSN de trinta para cinquenta anos e acrescenta mais uma ZFSN na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, também com raio de cem quilômetros. Tal Emenda, da mesma forma, embora possa ser admitida, não merece prosperar, tendo em vista que as alterações propostas não contribuem para o aperfeiçoamento do texto da PEC nº 19-A, de 2011, uma vez que aumenta exageradamente o prazo de vigência dos benefícios fiscais e desvirtua o escopo original da PEC que é contemplar o Município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, como centro da Zona Franca do Semiárido Nordeste;

A Emenda nº 6/2014, do Deputado Betinho Rosado, que aumenta o raio de abrangência geográfica da ZFSN de cem para duzentos e cinquenta quilômetros, a meu ver, é a única que merece ser acolhida tendo em vista que contribui para o aperfeiçoamento do texto da PEC nº 19-A, de 2011, tornando os benefícios gerados pela criação da ZFSN melhor distribuídos entre os diferentes Estados que compõem o Semiárido Nordeste.

Importante ressaltar que o Semiárido Nordeste é uma das regiões mais atrasadas do Brasil em termos econômicos e tem, de acordo com a SUDENE, uma área de mais de 981 mil quilômetros quadrados, abrangendo 1.134 municípios e uma população superior a 22 milhões de

habitantes, que em boa parte, vive abaixo da linha de pobreza, com uma das rendas per capita mais baixas do Brasil.

Nesse contexto, a geração de emprego e renda nessa região através de benefícios fiscais é fundamental para melhorar a qualidade de vida dessa imensa população, que constitui parte significativa do povo brasileiro e também para conter a migração para cidades de maior porte e para outras regiões do País.

Os incentivos fiscais em tela são de suma importância para viabilizar a implementação de polos industriais e reduzir a desigualdade regional tendo em vista a desvantagem logística, econômica e de qualificação de mão de obra do Semiárido Nordestino com relação às outras regiões do País.

Trata-se, portanto, de uma PEC de imenso alcance social e econômico, beneficiando os estratos mais pobres da população brasileira. Gente que vive, em sua grande maioria, na dependência do Bolsa Família, maior programa de distribuição de renda e de redução da pobreza do governo federal.

A escolha da cidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, como centro da Zona Franca do Semiárido Nordestino, é estratégica, em função da sua localização privilegiada no contexto do Semiárido Nordestino, apresentando excelente logística, o que sem dúvida, contribuirá para o sucesso da criação da nova Zona Franca.

No mérito, considerando-se o acolhimento da Emenda nº 6, do Deputado Betinho Rosado, gostaria de apresentar um Substitutivo Global que amplie o raio de abrangência da Zona Franca do Semiárido Nordestino de cem para duzentos e cinquenta quilômetros, conforme mapa ilustrativo em anexo, de forma a tornar mais justa e democrática a distribuição dos benefícios econômicos, sociais e fiscais entre os diversos Municípios que compõem o Semiárido Nordestino.

Com esta nova configuração a Zona Franca do Semiárido Nordestino, que abrangia apenas os Estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, passa a abranger também os Estados da Bahia e Piauí.

Em termos de Municípios beneficiados, o número sobe de 93 para 323, uma vez que o **SUBSTITUTIVO** acrescenta 230 novos Municípios.

Os Municípios beneficiados são os seguintes:

ESTADO DA PARAÍBA: no texto original, eram 50 Municípios:

Cajazeiras, Souza, Uiraúna, São José de Piranhas, Pombal, Santa Inês, Conceição, Ibiara, Bonito de Santa Fé, Monte Horebe, Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, Santa Helena, Serra Grande, São José de Caiana, Santana da Mangueira, Manaira, São José de Princesa, São José do Rio do Peixe, Marizópolis, Nazarezinho, São José da Lagoa Tapada, Aparecida, São Domingos, Coremas, Carrapateira, Aguiar, Igaraci, Itaporanga, Piancó, São Francisco, Santa Cruz, Lagoa, Jericó, Bom Sucesso, Lastro, Vieirópolis, Santarém, Triunfo, Bernardino Batista, Santana dos Garrotes, Nova Olinda, Pedra Branca, Curral Velho, Boa Ventura, Diamante, Poço Dantas, Condado, Cajazeirinhas e Emas.

Com o **SUBSTITUTIVO**, foram acrescentados 60 novos Municípios, totalizando, 110 Municípios beneficiados:

Princesa, Tavares, Juru, Água Branca, Imaculada, Maturéia, Mãe D'água, São José do Bonfim, Passagem, Teixeira, Cacimbas, Desterro, Livramento, São José dos Cordeiros, Amparo, Ouro Velho, Prata, Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú, Congo, Caraúbas, Coxixola, Sumé, São Domingos do Cariri, Serra Branca, São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Salgadinho, Santo André, Parari, Taperoá, Gurjão, Juazeirinho, Areia de Assunção, Baraunas, Quixabá, Patos, Cacimba de Areia, Catingueira, Santa Terezinha, Condado, Malta, São José de Espinharas, São Mamede, Junco do Seridó, Santa Luzia, Vista Serrana, Mato Grosso, Paulista, Brejo dos Santos, Riacho dos Cavalos, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Belém do Brejo do Cruz e Soledade.

ESTADO DO CEARÁ: no texto original, eram 24 Municípios:

Pereiro, Icó, Orós, Iguatu, Cedro, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Umari, Baixo, Ipaumirim, Aurora, Granjeiro, Caririaçu, Barro, Milagres, Mauriti, Missão

Velha, Juazeiro do Norte, Barbalha, Abaiara, Brejo Santo, Porteiras, Jati e Farias Brito.

Com o **SUBSTITUTIVO**, foram acrescentados 52 novos Municípios, totalizando 76 Municípios beneficiados.

Crato, Jaguaribe, Iracema, Potiretama, Alto Santo, Nova Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Quixerê, Russas, Jaguarana, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Antiga Jaguaribara, Jaguaribe, Morada Nova, Ibicutinga, Ibaretama, Quixadá, Pedra Branca, Choró, Quixeramobim, Banabuiú, Jaguaretama, Solonópole, Milhã, Senador Pompeu, Boa Viagem, Mombaça, Piquet Carneiro, Deputado Irapuan Pinheiro, Acopiara, Quixelô, Cariús, Tauá, Arneiroz, Catarina, Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Tarrafas, Antonina do Norte, Parambú, Assaré, Alteneira, Nova Olinda, Potenji, Campos Sales, Santana do Cariri, Salitre, Araripe, Jardim e Penaforte.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: no texto original, eram 17 Municípios:

Alexandria, Pau dos Ferros, Pilões, Marcelino Vieira, Rafael Fernandes, Encanto, Doutor Severiano, São Miguel, Coronel João Pessoa, Venha Ver, Luis Gomes, José da Penha, Riacho de Santana, Água Nova, Paraná, Tenente Ananias e Major Sales.

Com o **SUBSTITUTIVO**, foram acrescentados 66 novos Municípios, totalizando 83 Municípios beneficiados:

Currais Novos, Picuí, Caicó, Mossoró, Açu, Barauna, Governardo Dix-Sept Rosado, Felipe Guerra, Itajá, São Rafael, Espírito Santo do Oeste, Santana de Matos, Lagoa Nova, Tenente Laurentino Cruz, Florânia, Jucurutu, Triunfo, Potiguar, Campo Grande, Caraúbas, Apodi, Severiano Melo, Rodolfo Fernandes, Itaú, Riacho da Cruz, Tabuleiro Grande, Viçosa, Francisco Dantas, Portalegre, Martins, Lucreia, Antenor Martins, São Francisco do Oeste, Umarizal, Rafael Cordeiro, Olho D'água dos Borges, Messias, Targina, Janduís, Ipanema, Patu, Almino Afonso, Frutuoso Gomes, João Dias, Jardim de Piranhas, Timbaúba dos Batistas, Serra Negra do Norte, São João do Sabugi, Ipueira, Várzea, Ouro Branco, São Fernandes, Cruzeta, São Vicente, São José do Seridó, Jardim do Seridó, Equador, Santana do Seridó, Parelhas, Pedra Lavrada, N. Palmeira, Carnaúba dos Dantas, Cubati, Frei Martinho e Ipangaçu.

ESTADO DE PERNAMBUCO: no texto original, eram 2 Municípios:

São José de Belmonte e Serra Talhada.

Com o **SUBSTITUTIVO**, foram acrescentados 44 novos Municípios, totalizando 46 Municípios beneficiados:

Araripina, Trindade, Ipubi, Exu, Moreliândia, Granito, Bodocó, Ouricuri, Santa Cruz, Cedro, Serrita, Parnamirim, Terra Nova, Orocó, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco, Petrolândia, Jatobá, Tacaratu, Inajá, Betânia, Floresta, Salgueiro, Verdejante, Arcoverde, Ibimirim, Tupanatinga, Buíque, Sertânia, Custódia, Igaraci, Carnaíba, Flores, Triunfo, Quixabá, Afogados da Ingazeira, Tuparetama, Tabira, Santa Terezinha, Brejinho, Itapetim, São José do Egito e Solidão.

ESTADO DA BAHIA: no texto original não integrava a Zona Franca do Semiárido Nordeste. Com o **SUBSTITUTIVO**, foram acrescentados 3 novos Municípios: Abaré, Corrochó e Rodelas.

ESTADO DO PIAUÍ: no texto original, não integrava a Zona Franca do Semiárido Nordeste. Com o **SUBSTITUTIVO**, foram acrescentados 5 novos Municípios: Pio IX, São Julião, Fronteiras, Alegrete do Piauí e Marcolândia.

Ante o exposto, **voto pela admissibilidade** das Emendas nº 1 a nº 6/2014 e, **no mérito**, voto pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 19-A, de 2011, e da Emenda nº 6/2014, na forma do Substitutivo Global apresentado nesta Comissão Especial, e pela rejeição das Emendas de nº 1 a nº 5/2014.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado Gonzaga Patriota
Relator

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19-A, DE 2011

SUBSTITUTIVO GLOBAL

Altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordeste.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.....

.....
§ 1º Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus.

§ 2º É criada a Zona Franca do Semiárido Nordeste com características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de trinta anos, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional.

§ 3º O Poder Executivo fará demarcar uma área contínua, na forma de um círculo com raio de duzentos e cinquenta quilômetros, cujo centro será a sede do Município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, na qual se instalará a Zona Franca do Semiárido Nordeste.

§ 4º Considera-se integrante da Zona Franca do Semiárido Nordeste toda a sua superfície territorial.

§ 5º Lei federal que disciplina o funcionamento da Zona Franca de Manaus será extensiva à Zona Franca do Semiárido Nordeste.” (NR)

Art.2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Deputado Gonzaga Patriota

Relator